

Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A.

CNPJ Nº 14.863.121/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2012: A Luziânia-Niquelândia Transmissora S/A foi constituída em 29 de dezembro de 2011 após seus acionistas terem arrematado o Lote H no Leilão 06/2011 da ANEEL, ocorrido em 16 de dezembro de 2011. Se 2011 foi o ano de sua constituição, 2012 foi o de sua estruturação. As seguintes e principais ações foram desenvolvidas: Assinatura do Contrato de Concessão com a ANEEL e do CPST com o ONS. Contratação de consultores jurídico e fiscal, contador, auditor, suporte de TI e de um funcionário. Contratação da Inova Engenharia para o Projeto Básico e Executivo. Contratação com a Siemens dos Autotransformadores e dos Sistemas Secundários. Em processo de minuta o contrato com a Siemens para os Equipamentos de Alta Tensão. Na área ambiental contratou-se a consultoria da Dossel Ambiental, sendo enviado ao IBAMA o Relatório Simplificado de Luziânia e para a SEMARH-GO os documentos de Autorização Ambiental de Niquelândia. Contratação dos serviços de EP - Engenharia do Proprietário com Furnas. Minutados os contratos de EP - Engenharia do Proprietário com ETEE, SMTE e SPTE e de CCI - Contrato de Compartilhamento de Instalações, com Furnas e SMTE. Em processo de minuta o contrato de CCT com a CELG e o de Construção e Montagem com a Domínio Construções Ltda. Aberta filial de Luziânia. Quanto ao financiamento, uma carta consulta foi entregue ao BNDES em dezembro. REIDI - Regime Especial de Incentivo ao Desenvolvimento da Infraestrutura - enquadrado pelo MME e em processo na SRF. Encerramos 2012 com a certeza de termos cumprido o Plano de Negócios e estamos prontos para a implantação do projeto em 2013. Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 2013. **Murilo Magalhães Nogueira** - Diretor Presidente, **Caio Pompeu de Souza Brasil Neto** - Diretor Administrativo-Financeiro

	DEZ/2012	DEZ/2011
ATIVO CIRCULANTE	648.893	1.000
Caixa e equivalentes de caixa	1.241	-
Aplicação financeira	639.095	-
Contas a receber de acionistas	-	1.000
Devedores diversos	8.357	-
NÃO CIRCULANTE	807.109	-
Ativo financeiro	796.988	-
Imobilizado	10.121	-
TOTAL DO ATIVO	1.456.002	1.000
PASSIVO CIRCULANTE	18.697	-
Fornecedores	3.676	-
Impostos e contribuições sociais	10.078	-
Obrigações estimadas	4.943	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.437.105	1.000
Capital social	1.901.000	1000
Prejuízo acumulados	(463.895)	-
TOTAL DO PASSIVO	1.456.002	1.000

	DEZ/2012
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	796.988
Receita de construção	796.988
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	796.988
CUSTO DO SERVIÇO	(796.988)
Custo de construção	(796.988)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	-
DESPESA OPERACIONAL	63.071
Despesas gerais e administrativas	(526.966)
Pessoal	(52.259)
Material	(1.053)
Serviços de terceiros	(456.950)
Seguros	(15.906)
Tributos	(249)
Depreciação e amortização	(548)
RESULTADO DO SERVIÇO	(526.966)
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	63.434
Renda sobre aplicações financeiras	63.434
Despesas financeiras	(364)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(463.895)

	Capital social	Resultado líquido do exercício	Total
Constituição de Capital	1.000	-	1.000
SALDOS EM 31/12/2011	1.000	-	1.000
Aumento de capital	1.900.000	-	1.900.000
Prejuízo líquido do exercício	-	(463.895)	(463.895)
SALDOS EM 31/12/2012	1.901.000	(463.895)	1.437.105

	2012	2011
Lucro Ajustado	(463.347)	-
Acréscimo (decréscimo) nos ativos operacionais	1.000	(1.000)
Contas a receber de acionistas	1.000	-
Devedores diversos	(8.357)	-
Sub total	(7.357)	(1.000)
Acréscimo nos passivos operacionais	3.676	-
Fornecedores	3.676	-
Impostos e contribuições sociais	10.078	-
Obrigações estimadas	4.943	-
Sub total	18.697	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(452.007)	(1.000)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
Em imobilizado	(10.899)	-
Em Ativo financeiro	(796.988)	-
Caixa líquido de atividades de Investimentos	(807.887)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	1.900.000	1.000
Integralização de capital	1.900.000	1.000
Total das atividades de financiamento	1.900.000	1.000
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	640.336	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	640.336	-

	DEZ/2012
Receltas	796.988
Receita de construção	796.988
Insumos adquiridos de terceiros	(796.988)
Material, energia, serviços de terceiros e outros	(796.988)
Valor adicionado bruto	-
Retenções	(548)
Depreciação, amortização e exaustão	(548)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(548)
Valor adicionado recebido em transferência	63.434
Receitas financeiras	63.434
Valor adicionado total a distribuir	62.886
Distribuição do valor adicionado:	-
Pessoal e encargos	52.259
Impostos, taxas e contribuições	249
Outras despesas	474.273
Prejuízo do exercício	(463.895)
Total	62.886

Os fluxos de caixa vindos dos usuários (TUST) e não do poder concedente, não altera o direito incondicional de receber um valor determinável. O método de pagamento é apenas uma questão de formalidade. Uma correta definição do fluxo de caixa do contrato de concessão, e também a definição da taxa efetiva do ativo financeiro já no momento inicial da aplicação do contrato, e a definição da margem de construção da infraestrutura, separando a receita das etapas de construção, e operação. A Companhia reconheceu um ativo financeiro que deve ser classificado como recebível, de acordo com o CPC 38 Instrumento financeiro - reconhecimento e mensuração. E o recebível é reconhecido inicialmente pelo valor justo e, posteriormente, mensurado pelo custo amortizado pela taxa efetiva de juros, conforme definido no ICPC 01. O saldo, em 31/12/2012, se refere a adiantamento feito para a empresa SIEMENS Ltda, para aquisição de Autotransformadores, conforme a cláusula 13.6 do Contrato LNT-2012-002, e corresponde a 7% do valor total do citado contrato. **Patrimônio líquido:** a) Capital social: Em 31/12/2012, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.901.000 (R\$ 1.000 em 31/12/2011), dividido em 1.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Arnaldo Santos da Oliveira
CPF/MF 463.941.924-49 CRC/RJ 059.910

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (em reais)

1. Contexto operacional: A Luziânia-Niquelândia Transmissora ("LNT" ou "Companhia") Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 29/12/2011 e está estabelecida na Av. Marechal Câmara, 160-Sala 1826, Centro do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissora e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31/12/2012, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional com previsão para entrada em operação em dezembro de 2013. 1.1 Da concessão: A Luziânia-Niquelândia Transmissora foi declarada vencedora do Leilão Público nº 006/2011, realizado na Bolsa de Valores de São Paulo para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote H. O decreto de outorga da concessão, número 0-002, datado de 16/04/2012 foi publicado no Diário Oficial de 17/04/2012 e concedeu direitos iniciais pelo prazo de 30 anos para: a) Instalação de transmissão composta pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 KV-(3+1) X 75 MVA, respectiva conexão de unidades transformadoras entrada de linha, interligação de barra, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; b) Instalação de transmissão composta pela Subestação Niquelândia, com transformação 230/69 KV-(3+1) X 10 MVA, respectiva conexão de unidades transformadoras, entrada de linha, interligação de barra, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. 2. Resumo das principais práticas contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 (MP nº 449/08), dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC e normas específicas emanadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir: 2.1 Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração, subsequentemente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. a) **Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. São classificados como empréstimo e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimento fixo ou determinável, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualizações monetárias, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros,

atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. b) **Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: - Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; A companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa recebidos do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. 2.2 **Caixas e equivalente de caixa:** São classificados como caixa e equivalentes de caixa, numeram em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicação no mercado registrada pelo valor original acrescido por cálculos pró-rata dos rendimentos auferidos até a data do balanço e quando aplicável, ajustado a valor de mercado. 2.3 **Ativos Circulante e Não Circulante:** São apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando aplicável, ativos circulantes são registrados em valor presente. Não foram identificados casos com a necessidade de ajuste a valor presente. 2.4 **Passivos Circulante e Não Circulante:** Os passivos são registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pró-rata dia". 2.5 **Demonstração do Fluxo de Caixa:** A demonstração do fluxo de caixa foi preparada e está apresentado de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13/08/2008, que aprovou o CPC 03-Demonstrações dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. Essa demonstração reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios findos em 31/12/2012 e de 2011, utilizando o método indireto.

	31/12/2012	31/12/2011
Caixa	158	792
Bancos	1.083	230
Aplicação financeira	639.095	-
Total	640.336	1.021

As aplicações financeiras estão em Títulos de Renda Fixa-CDB emitidos pelo Banco do Brasil S/A nas seguintes formas: CDB aplicado pela conta corrente 8788-2-Taxa de 100%, data de aplicação 06/06/2012 e data de vencimento 11/05/2017. 4. **Imobilizado:** O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo órgão Regulador-ANEEL, e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

	31/12/2012	31/12/2011
Máquinas e equipamentos	10.121	-
Total	10.121	-

5. **Ativo Financeiro:** O modelo a ser utilizado para os contratos de concessão de transmissão de energia é o reconhecimento do ativo financeiro, representando um direito incondicional de receber um valor determinável e assegurado, a Receita Anual Permitida - RAP, cuja remuneração está definida no contrato. Um dos pontos essenciais para tal conclusão vem da ausência de risco de demanda do contrato de con-

Examinamos as demonstrações contábeis da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração** sobre as demonstrações contábeis 2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais da auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter equanidade razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. 4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados

para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** 6. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. em 31/12/2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado** 7. Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31/12/2012, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, órgão regulador, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** 8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2011, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 04/05/2012, que não conteve nenhuma ressalva. Rio de Janeiro, 29/01/2013

BOUCHNIAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S CRC-SP-5.828/O-5 RJ
Antonio Carlos de Oliveira Pires Contador, CRC-RJ-065.305/O-04